

Orientação sexual no limiar do século XXI: propostas para o 1º. Ciclo do Ensino Fundamental.

GALINDO, Camila José. NUSEX - UNESP

GE: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

No campo teórico o qual insere-se a temática entende-se que a orientação sexual consiste num trabalho sistematizado, organizado e dirigido (RIBEIRO, 1990), que deve ser realizado durante o processo de educação escolar, visto ser a escola a responsável pela formação integral do indivíduo (FERNANDES, 1998).

A influência de concepções européias, médico-higienistas nos primórdios do século XX deram origem à educação sexual no Brasil (MORELLO, 1999; BARROSO e BRUSCHINI, 1982) e influenciaram trabalhos e propostas nos anos decorrentes.

A história da educação sexual no Brasil perpassada por ‘*avanços e recuos*’ (GUIMARÃES, 1995, p.57), teóricos e práticos no tratamento da temática evidencia a cristalização cultural de comportamentos, atitudes e ideologias frente à educação e a orientação sexual.

Nas décadas de 70 a 80, estudos e pesquisas impulsionaram o campo teórico sobre o assunto e originaram trabalhos de aplicação no país. Contudo, fora a liberação sexual da década de 80 que “trouxe novos comportamentos, questionando preconceitos, derrubando tabus e abalando sólidas tradições conservadoras [...] ainda que quase sempre mantendo posturas ambivalentes” (RIBEIRO, 1990, p.32).

Estudos de Fragiácomo (2003), Figueró (2001), Gimenes (2001), Guimarães (1995) Ribeiro (1990), Morello (1999), apontam que a orientação sexual na escola colabora para a desmistificação de tabus e preconceitos, além de apresentar-se tanto precisa quanto necessária à formação integral do indivíduo, em destaque aquelas voltadas ao desenvolvimento saudável e prazeroso da sexualidade.

Nesta perspectiva, surgiram na década de 90 uma proposta oriunda do Ministério da Educação e Cultura desdobrada sob os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000),

para a efetivação da orientação sexual enquanto tema transversal a ser trabalhado por educadores no interior das salas de aula.

O trabalho de orientação sexual deverá, portanto, se dar de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema [...]. (BRASIL, 2000, p. 129).

As contribuições do PCN (BRASIL, 2000) encontram-se na realidade das escolas frente à histórica omissão e repressão dos conteúdos ligados ao sexo e ao prazer, somado à concepções e ideologias culturalmente cristalizadas pela cultura da escola. Assim, a transmissão de conteúdos previamente estipulados pelo currículo no que se refere a conhecimentos de reprodução humana constitui a restrição da maioria dos trabalhos desenvolvidos pelas instituições escolares.

A realização de uma pesquisa qualitativa (BIKLEN e BODGAN, 1994; FAZENDA, 2000), desenvolvida numa escola municipal, periférica do interior de São Paulo em 2003, desdobrada numa proposta de orientação sexual junto à crianças e adolescentes do 1º ciclo do Ensino Fundamental, evidenciara algumas possibilidades e limites na efetivação de um projeto de orientação sexual na escola. Voltada a uma investigação cautelosa em prol das reais necessidades dos alunos, a coleta de dados que se deu por meio da técnica de entrevista semi estruturada junto aos agentes educativos e, escritos sob forma de perguntas-duvidas dos alunos de 4ª série.

De acordo com os PCN (BRASIL, 2000, p.130-131) “as manifestações da sexualidade infantil mais freqüentes acontecem na realização de carícias no próprio corpo [...] na curiosidade sobre o corpo do outro [...] É comum nesses ciclos a curiosidade sobre concepção e parto, relacionamento sexual e AIDS”. Contudo, uma amostra significativa dos dados ultrapassa o âmbito programático dos conteúdos de Ciências e Saúde, bem como os próprios muros escolares:

Se um menino e uma menina, que são, por exemplo, *irmãos* e, o menino tiver a *polução noturna e entrar na vagina da menina*, ela pode engravidar?
Se uma menina ainda não tiver seu período menstrual, e ela tiver uma *relação sexual com um homem mais velho*, ela fica grávida?
Se uma *pessoa de 65 anos engravidou*, o bebê pode nascer com alguma doença?

Se a gente *estiver fazendo sexo* e a camisinha ficar dentro da vagina, é perigoso?

Se uma pessoa *pegar uma camisinha que já foi usada* e a pessoa que usou estiver com AIDS, ele pega?

Porquê tem gente *que abusa sobre sexo*?

Quando uma pessoa está namorando? Eu acho ridículo mostrar para todas as crianças e também tem criança que *acha camisinha e coloca na boca* pensando que é bexiga.

Porquê os homens *lançam* um líquido branco e leitoso? (grifo nosso)

Os dados desta amostra evidenciam que escola e alunos assexuados constituem a utopia e a negação de um trabalho necessário de orientação sexual, visto estar explícito à ocorrência de vivências sexuais. Desconsiderar os dados é tapar os olhos para questões problemáticas de ordem pública, como a gravidez precoce, a contaminação de DST/ AIDS e ainda, a perpetuação da violência sexual contra crianças, desdobrada sobre os fenômenos: abuso sexual, incesto, prostituição, entre outros (GABEL, 1997; BRAUN, 2002).

O desenvolvimento biopsicossexual dos alunos que, uma vez tendo passado pelo *período de latência* (RAPAPPORT, 1981) retoma à centralização da energia libidinal em função de mudanças prementes. Tais mudanças, oriundas de um período de transição entre a infância e a adolescência apontam um desafio ao trabalho educativo: considerar os ‘ciclos de desenvolvimento’ como norteador de aprendizagens (ARROYO, 2000).

Segundo apontado por meio da fala da coordenação da escola:

[...] como a escola fica afastada do centro da cidade, muitos casais optam por namorarem atrás do muro da quadra, porque é um lugar bem escuro a noite. Aí no outro dia, as crianças encontram camisinhas usadas pelo chão, pegam e colocam na boca; elas enchem como se fosse bexiga dentro da sala de aula, no pátio da escola [...] Nós não sabemos como lidar com isso, já falamos tanto [...] (informação verbal)¹.

A evidente dificuldade da escola em lidar com o desenvolvimento das crianças no que tange à sexualidade e, considerando a gravidade dos dados, o projeto de orientação sexual teve sua proposta metodológica voltada à toda comunidade escolar considerando o pressuposto definido pelo PNC (BRASIL, 2000, p.131):

¹ Obtida em entrevista no dia 19 de dezembro de 2003.

Ao definir o trabalho de Orientação Sexual como uma de suas competências, a escola estará incluindo-o no seu projeto educativo. Isso implica [...] em explicação para toda comunidade escolar envolvida no processo educativo dos alunos [...].

Historicamente nota-se restritas possibilidades de transformações no interior das escolas e na sociedade no que tange os campos da sexualidade e da orientação sexual que, são, em sua maioria, barradas pela desinformação e desqualificação dos agentes educativos. Esta constatação fez ainda presente no decorrer da pesquisa, refletida em atitudes contraditórias que negam o exercício e a função da escola na formação de cidadãos críticos e conscientes.

Há uma *'resistência'* da instituição escolar, na figura de seus dirigentes e participantes em aceitar trabalhos que evidenciem a realidade das escolas: precariedade em propostas metodológicas práticas e teóricas no ensino, inexistência de projeto pedagógico, indisponibilidade de desenvolvimento de projetos que demandem tempo e participação dos pais, ausência de formação e capacitação profissional no campo da sexualidade e da orientação sexual.

Pode-se contatar a disparidade existente entre estas condições educacionais e a proposta dos PCNs (BRASIL, 2000, p. 131):

[...] Cabe então ao educador responsável a organização dos temas [...] Cabe ao educador identificar essas manifestações como curiosidades acerca dos aspectos relacionados à sexualidade e intervir pontualmente, permitindo que as dúvidas possam ser colocadas e o assunto possa ser tratado de forma explícita e direta [...] O professor deve oferecer espaço para discussão e esclarecimento.

Para a efetivação coerentemente com a realidade de cada escola, as Secretarias de Educação Municipal necessitam oferecer capacitação para os educadores, voltada para a elaboração de programas de *orientação sexual para crianças*, portanto com metodologia específica.

O PCN (BRASIL, 2000) desconsidera os já citados requisitos fundamentais para a efetivação de projetos de orientação sexual na escola e abre um grande leque para críticas e pesquisas na área. Revela um retrocesso histórico no campo educacional quanto à formação de professores para o magistério das séries iniciais do processo educativo escolar (ARROYO, 2000) e aponta incoerências marcantes na proposta idealizada.

A escola, por sua vez, tendo em vista a abrangência do trabalho e sua repercussão no meio social, negou a efetivação do mesmo, abandonando uma possibilidade de efetivar mudanças, apontar caminhos, proporcionar formação integral.

Referenciais

ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 6.ed. Petrópolis, Vozes, 2000.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 1994, p.63- 74.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural/ orientação sexual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRAUN, S. **A violência sexual infantil na família: do silêncio à revelação do segredo**. Porto Alegre: AGE, 2002.

FAZENDA, I. **Metodologia de pesquisa educacional**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, A. V. M. et al. **Nova LDB: trajetória para a cidadania**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites**. 284f. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, nov/ 2001.

FRAGIÁCOMO, V. de M. **Um estudo sobre a concepção que os pais de crianças, em idade escolar, têm acerca da sexualidade infantil e sua manifestação na escola**. 70f. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Araraquara, 2003.

GABEL, M. (Org). **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GIMENES, V. C. **A escola pública e a sexualidade: um estudo analítico-descritivo sobre o discurso de um grupo feminino de adolescentes escolarizados de classe social baixa acerca da concepção que possuem sobre o corpo, sexo e comportamento sexual**. 50f. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP. Araraquara, 2001.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual na escola: mito e realidade**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

MORELLO, R. de C. G. **A realidade da orientação sexual na escola pública: estudo nas escolas estaduais de Ribeirão Preto**. 198f. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 1999.

RAPAPPORT, C. R.; FIORI, W. da R.; DAVIS, C. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: EPU, 1981. v.1.

RIBEIRO, P. R. M. **Orientação sexual além da informação.** São Paulo: EPU, 1990.